

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Marina Santos/Câmara dos Deputados



Aprovação do projeto foi decidida em reunião de líderes

Rapidez no sim para salário de R\$ 77 mil e escala 3 por 1

Poucos deputados e partidos contestaram o projeto de lei de autoria da Mesa da Câmara que, além de instituir gratificação de até 100% para funcionários da Casa, cria a escala 3 por 1. Apenas o Novo, Psol e Rede encaminharam contra a proposta, aprovada em votação simbólica. A licença de uma folga a cada três dias trabalhados será privilégio de funcionários que ocupam cargos de direção na Câmara — 72 pessoas, segundo afirmou, durante a sessão, o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB). De autoria da Mesa da Câmara, o projeto teve tramitação relâmpago. Foi protocolado às 12h41 de terça, aprovado na reunião de líderes, passou por três comissões e acabou, no mesmo dia, referendado no plenário.

Teto furado

De acordo com estimativa do Novo e do deputado Kim Kataguirí (União-SP), as gratificações farão com que um grupo de servidores receba R\$ 77 mil por mês, muito acima do teto constitucional, fixado em R\$ 46.366,19. Durante a sessão, Motta admitiu que, pela proposta, funcionários terão salários extrateto. Os beneficiados pela escala 3 por 1 terão o direito de receber em dinheiro as folgas não gozadas.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Adriana Ventura criticou distorções criadas pelo projeto

Sem imposto

Ao falar pelo Novo, a deputada Adriana Ventura (SP) não poupou críticas ao que classificou de distorções do projeto que, para ela, tramitou “na surdina”. Ela ressaltou que as gratificações serão pagas como verbas compensatórias, sobre as quais não incide imposto de renda.

Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que o partido era contra a possibilidade de se furar o teto constitucional, que hoje permite um salário líquido de R\$ 34 mil, valor recebido pelos deputados.

‘Supersalários’

Heloísa Helena (Rede-RJ) também reclamou do que chamou de “supersalários” do desrespeito ao teto. Kataguirí tentou forçar uma votação nominal: a simbólica, para ele, representava uma “covardia”. Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Érica Kokay (PT-DF) foram favoráveis ao projeto e lamentaram que não beneficiasse funcionários que recebem menos.

Senado

Na mesma sessão, também em votação simbólica, os deputados aprovaram projeto que garante benefícios semelhantes para funcionários do Senado. A proposta havia sido votada pelos senadores no ano passado. O governo ainda não anunciou se o presidente Lula (PT) vetará os projetos.

PT com CPMI

Novo líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC) orientou a bancada a assinar o requerimento de criação de CPMI do Banco Master proposto pelas deputadas Fernanda Melchiona (Psol-RS) e Heloísa Helena (Rede-RJ). Como a coluna detalhou ontem, os petistas estavam ressabiados com a proposta.

Devagar

Até o meio da tarde de ontem, o estímulo não tinha dado muito resultado. O requerimento, segundo o deputado Reimont (PT-RJ) só contava com a assinatura de 77 deputados, contra 74 na véspera. É necessário o apoio de 171 parlamentares da Casa. No Senado, o número de assinaturas já foi obtido.

Desgastes

Reimont diz entender a resistência — resalta que governos, de um modo geral, são contra CPIs, “que sempre trazem desgastes”. Ele, porém, assinou a proposta antes da liberação feita pela liderança, e quer integrar o coletivo, principalmente para apurar o caso do Rioprevidência, que investiu cerca de R\$ 1 bilhão em papéis do Master.

Detalhes

A absolvição de Jair Bolsonaro pelo Superior Tribunal Militar em 1988 é contada em detalhes no livro “O cadete e o capitão”, de Luiz Maklouf Filho. Condenado por três votos a zero por um Conselho de Justificação do Exército sob a acusação de tramar atentados até em quartéis, o oficial recorreu ao STM.

STM aceitou

Seus advogados fizeram uma manobra. Havia dois laudos sobre a autoria dos croquis com o detalhamento das explosões: um atribuía a autoria a Bolsonaro; o outro era inconclusivo. A defesa embaralhou as peças e disse que havia quatro laudos, dois positivos e dois negativos. A maioria do STM aceitou.



Lira ficará frente a frente com José Rocha, que o acusa

Dino fará acareação entre Lira e deputado

Rocha o acusa de comandar esquema de emendas

Por Gabriela Gallo

Com autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, a Polícia Federal (PF) realizará uma acareação entre o deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) e o deputado federal José Rocha (União Brasil-BA). Ainda não há uma data definida de quando ocorrerá a acareação.

A medida se refere às investigações referentes a supostos desvios de emendas parlamentares. O procedimento tramita sob sigilo na Suprema Corte. Esta será a primeira vez que Arthur Lira prestará depoimento na PF para esclarecer sobre as supostas irregularidades das emendas parlamentares durante sua gestão como presidente da Câmara.

José Rocha é um dos parlamentares que prestaram depoimentos denunciando-o por comandar o esquema de desvios das emendas orçamentárias, conhecido como “orçamento secreto”. O caso vem sendo investigado por Dino e demais autoridades de segurança, o que gerou atritos entre o Congresso Nacional e o poder Judiciário e Executivo. Segundo Dino, também foram colhidos os depoimentos do deputado federal suspenso Glauber Braga (Psol-RJ), dos deputados federais Fernando Marangoni (União Brasil-SP), Adriana Ventura (Novo-SP), Dr. Francisco

(PT-PI), do senador Cleitinho (Republicanos-MG) e da servidora da Câmara dos Deputados Elza Carneiro.

Ao Correio da Manhã, o sócio do Pavan Lapetina Advogados Vinícius Lapetina explicou que “acareação” se trata de um “instituto do processo penal destinado ao esclarecimento de fatos quando versões divergentes são apresentadas acerca de um mesmo acontecimento”, no qual os envolvidos se encontram face a face. “Nessa hipótese, os autores dessas versões podem ser chamados a comparecer pessoalmente perante a autoridade competente, a fim de que suas declarações sejam confrontadas e eventuais contradições sejam esclarecidas”, detalhou para a reportagem.

Investigações

Como o Correio da Manhã citou em matérias anteriores, um dos alvos recentes de operações da PF que investigam supostos desvios de emendas parlamentares é a servidora da Câmara dos Deputados Mariângela Fialek, conhecida como “Tuca”, que atuou como assessora de Arthur Lira entre 2021 e 2022.

Na Operação Transparência, deflagrada há cerca de dois meses, foram expedidos dois mandados de busca e apreensão, um na residência pessoal de Tuca e outro no gabinete da servidora.

Lira nega as acusações feitas contra ele.